

**A HISTÓRIA DE LUTA DE MARIA HENRIQUETA
MIGUEL PEDRO NA FNLA, FRENTE NACIONAL DE
LIBERTAÇÃO DE ANGOLA**

Margarida Paredes

Investigadora independente
margarida_paredes@yahoo.com
ORCID: 0000-0002-3850-1033

A história de luta de Maria Henriqueta Miguel Pedro na FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola

O artigo debruça-se sobre a história de vida da ex-combatente da FNLA, Maria Henriqueta Miguel Pedro, Joia. Joia foge aos estereótipos sobre a FNLA. De origem kim-bundu, filha de pais assimilados, nasceu em Luanda e foi estudante liceal. A sua biografia contribui para pensarmos a FNLA para além da História Única, ou seja, um movimento nacionalista de homens da etnia bakongo, com origem no norte de Angola, refugiados no país vizinho Congo, de religião batista e com raízes camponesas. O artigo defende que as ex-combatentes e a militância clandestina devem ser incluídas na memória e história da luta de libertação da FNLA para que essa luta seja ressignificada e a pertença à nação não seja excludente das mulheres.

Palavras-chave: nacionalismo angolano, UPA, FNLA, lutas de libertação, ex-combatentes, Holden Roberto

The story of Maria Henriqueta Miguel Pedro's struggle in the FNLA, National Front for the Liberation of Angola

This article focuses on the life story of the former FNLA fighter, Maria Henriqueta Miguel Pedro, Joia. Joia escapes stereotypes about the FNLA. Of Kimbundu origin, daughter of assimilated parents, she was born in Luanda and was a high school student. Her biography contributes to think about the FNLA beyond the Single History, that is, a nationalist movement of men of Bakongo ethnic group, with origin in the north of Angola, refugees in the neighboring country Congo, of Baptist religion and with peasant roots. The article argues that ex-combatants and clandestine militancy should be included in the FNLA's memory and history of the liberation struggle so that this fight is re-signified and belonging to the nation does not exclude women.

Keywords: Angolan nationalism, UPA, FNLA, liberation struggles, ex-combatants, Holden Roberto

A resistência à colonização portuguesa em Angola foi uma constante ao longo dos séculos. As guerras de resistência africana que os portugueses chamaram de campanhas de pacificação entraram pelo século XX adentro.

Após a Segunda Guerra Mundial, África despertou para uma nova consciência política e nacional que iria conduzir às independências africanas, que começaram em 1957 com a independência do Gana¹. O processo de descolonização africano decorreu de forma negociada para alguns países, enquanto para outros a independência foi alcançada após desgastantes conflitos que se estenderam por vários anos de guerra. Angola foi o último país africano subsariano a alcançar a independência depois de 13 anos de lutas de libertação.

O nacionalismo angolano construiu-se na dispersão (Messiant, 2008, p. 17), com os diferentes movimentos de libertação, MPLA, UPA/FNLA, e UNITA a lutar contra o colonialismo português e a lutar entre si. Ou como Marcum (1978) coloca, “*Angolan nationalist actors remained sharpened by a host of ethno-regional, racial, ideological, and idiosyncratic issues [...] and no one of them [...] emerge as a dominant, successful nationalist force* (Marcum, 1978, vol. 2, p. 206).

Este trabalho debruça-se sobre a história de vida de uma ex-combatente da FNLA, Maria Henriqueta Miguel Pedro, conhecida por Joia. A informante foi entrevistada em Luanda no ano de 2010 no âmbito do trabalho de campo realizado pela autora para a tese de doutoramento em Antropologia “Mulheres na Luta Armada em Angola, Memória, Cultura e Emancipação”. A entrevista aberta foi gravada em vídeo e é inédita.²

Apesar da importância da UPA/FNLA na luta nacionalista em Angola não há muitos estudos académicos sobre este movimento pioneiro da revolta contra o colonialismo português.

A bibliografia sobre a FNLA é relativamente pouco extensa e tem sido relegada para um lugar secundário em consequência das narrativas historiográficas dominantes sobre o MPLA e as lutas de libertação em Angola. Encontramos estudos relevantes em trabalhos de vários historiadores e outros cientistas sociais como Péliissier (1979), Messiant (1995), Mabéko-Tali (2001) e sobretudo Marcum (1969), cujo trabalho *The Angolan Revolution* continua a ser uma das maiores referências sobre a FNLA. No entanto, só muito recentemente a FNLA tem sido alvo de estudos académicos analíticos e históricos produzidos por africanos, como a tese de doutoramento na Sorbonne do gabonês Jean Martial Arsène Mbah (2005), que

¹ Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética posicionaram-se a favor das lutas dos povos colonizados.

² A entrevista foi realizada no dia 14 de abril de 2010 em Luanda. Um termo de consentimento livre e esclarecido permitindo a utilização do depoimento em trabalhos académicos foi assinado pela entrevistada, assim como autorizando a divulgação do seu nome.

estudou a rivalidade do ponto de vista político entre a FNLA e o MPLA, a tese de mestrado do angolano João Manuel Correia Filho (2017), que analisou a identidade ideológica dos movimentos de libertação em confronto em Angola, e a tese de mestrado do sul-africano Christian Claassen (2016), *“The Father of the Revolution”: History, Memory, and the FNLA Veterans of Pomfret*, que se debruça sobre a história e a memória produzida por ex-combatentes da FNLA.³

Na segunda metade do século passado encontramos os estudos a justificar a dispersão do nacionalismo angolano a partir de critérios etnolinguísticos, os Bakongo⁴ na FNLA, os Mbundu no MPLA e os Ovimbundu na UNITA (Marcum, 1969; Messiant, 1995; Pélissier, 1979).

Christine Messiant (1995, p. 31) aponta outras variáveis, nomeadamente a “competição pelo poder político entre as diversas elites” no seio do movimento nacionalista. Elites que se formaram maioritariamente nas missões protestantes.⁵

Os territórios de evangelização protestantes estavam divididos conforme as áreas etnolinguísticas, os metodistas americanos na área mbundu (MPLA), os baptistas ingleses na área bakongo (UPA/FNLA) e os congregacionalistas canadianos e americanos na área ovimbundu (UNITA). Para Christine Messiant, “as missões protestantes eram identificadas como inimigas do colonialismo português e aliadas dos movimentos de libertação” (Paredes, 2011).

Esta dispersão geográfica das missões protestantes, que coincidia com as divisões etnolinguísticas já referidas, viria a aprofundar a divisão entre os movimentos nacionalistas.

A rivalidade entre as elites negras formadas nas igrejas protestantes também era assente em diferenças sociais e culturais históricas fomentadas pelo colonialismo português, que não lhes reconhecia o estatuto de cidadãos e hierarquizava os africanos em indígenas e assimilados, estando os indígenas obrigados ao trabalho forçado. Esta categorização colonial que inferiorizava e desumanizava os africanos contribuiu para desenhar a violência das revoltas nacionalistas em 1961, nomeadamente o 15 de março.

³ O livro *O pai do nacionalismo angolano, as memórias de Holden Roberto* (Parma, 2008), de João Paulo N’ganga, não faz parte do *corpus* bibliográfico deste artigo porque, apesar de se basear em entrevistas concedidas por Holden Roberto ao autor, não obedece aos protocolos académicos e rigor científico relativos à memória biográfica e não resiste à análise das fontes primárias.

⁴ Os Bakongo de Angola geograficamente estão distribuídos por três províncias do norte de Angola, Zaire, Uíge e Cabinda, serão aproximadamente um milhão de pessoas e a terceira maior etnia depois dos Ovimbundu e dos Mbundu.

⁵ As missões protestantes, quase sempre estrangeiras, estavam em Angola desde 1885, evitando o envolvimento na portugalização e na ideologia assimilacionista do Império Português. As igrejas protestantes “possuíam estruturas que concorriam com as do sistema colonial, tinham poder e representavam a única possibilidade de ascensão social da comunidade negra, tendo-se tornado as maiores formadoras das elites africanas do país” (Paredes, 2011).

Os estudiosos da FNLA parecem estar todos de acordo em relação à origem da UPA/FNLA. Christian Claassen cita Messiant dizendo que a elite bakongo “*were, in fact, exiles who had established themselves in Leopoldville to escape the growing repression at the hands of the Portuguese regime during the early to mid-twentieth century* (2016, p. 47).

Jean Martial Mbah (2005) também confirma que a composição sociológica da FNLA era desde o início do movimento dominada por quadros bakongo.

Il faut dire que ce mouvement recrute l'essentiel de ses militants au sein des paysans bakongo (ethnie peuplant le nord de l'Angola) et des immigrants angolais installés au Congo Léopoldville [...] La formation politique de cette élite ne s'est effectuée qu'au seul contact de la colonisation belge à Léopoldville [...] parfois donc très loin des réalités de la société angolaise. (Mbah, 2005, p. 16)

A ligação dos refugiados angolanos ao Congo Léopoldville é o que Brinkman chama de *kongolanité*, pertencimento que facultava à comunidade de refugiados angolanos um meio de mitigar as clivagens políticas, de classe e étnicas (Brinkman, 2003, p. 201). O problema da *kongolanité*, cuja tese de coesão étnica Brinkman recusa, é que amarra os estudos analíticos sobre a FNLA a especificidades de carácter étnico, regionalistas e raciais, como alerta Mbah (2005, p. 18) e não deixa espaço para outras lógicas sociais no seio do movimento independentista, conforme a contribuição deste artigo.

No entanto, alguns quadros de outros partidos, MPLA, UNITA e FLEC e com origens étnicas diferentes passaram anteriormente pela UPA. É o caso de Aníbal de Melo, mestiço com origem urbana, de Luanda, Alexandre Taty de Cabinda, Jonas Savimbi, umbundu do Planalto Central que foi ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE em 1964, Rosário Neto, mbundu, católico de Malange, Luzia Inglês (Inga) do Kwanza Norte e Joana André Domingos de Nambuangongo, que relatou:

Naquela altura éramos todos uma só pessoa. Estávamos todos a lutar para um só fim e as pessoas tinham que se identificar mesmo como pessoas unidas e não havia aquela separação, estávamos misturados, havia os Kikongo, havia os Kimbundu, mas tanto os Kikongo como os Kimbundu entendiam-se. (Paredes, 2015)

Ao contrário de Joana André Domingos, que assume com naturalidade a passagem pela UPA antes de aderir ao MPLA, alguns quadros deste partido, como Luzia Inglês (Inga), omitem nas biografias o seu passado naquele movimento rival porque isso é considerado uma traição ao MPLA e ensombra as suas histórias de vida de combatentes da liberdade.

O contexto histórico e a criação da FNLA

Fazendo uma breve genealogia das origens da UPA/FNLA, a UPA foi criada em dezembro de 1958 e tem origem numa organização anterior, a UPNA, União das Populações do Norte de Angola. Segundo Holden Roberto⁶ a UPNA foi criada em reuniões clandestinas em 1954 em Léopoldville, capital da colónia belga, Congo, por nomeadamente Barros Manuel Nekaka (tio de Holden Roberto), Eduardo Pinnock e Francisco Lulendo. Com um carácter regionalista, limitado à etnia Bakongo e presa à nostalgia mítica da restauração do Reino do Congo, a UPNA era percebida como uma organização tribalista, ou como refere Marcum, “*a tribal anachronism*” (1969, vol. 1, p. 67)

A UPNA acabou na Conferência de Accra (1958), denominada 1ª Conferência dos Povos Africanos, quando Holden Roberto submeteu a proposta da sua organização a Kwame N’Krumah, George Padmore e Sekou Touré, líderes pan-africanos com uma visão continental de África que não se interessaram por um projeto que tinha como objetivo restaurar o Reino do Congo e o aconselharam a optar pela luta nacionalista (Mbah, 2005, p. 63). Logo ali a UPNA perdeu o N de Norte e nascia a UPA, União dos Povos de Angola.⁷

Et c’est désormais au nom de l’Union des Populations de l’Angola (UPA) qu’il [Holden Roberto] prit la parole dans le concert de la communauté politique africaine [Accra]. Il développa avec force détails l’oppression coloniale en Angola et exigea la libération de cette colonie du joug portugais avant de demander solennellement sa condamnation. (Mbah, 2005, pp. 63-64)⁸

A independência do Congo a 30 de junho de 1960 teve um grande impacto em Angola e tornou-se uma referência para os nacionalistas.

Holden Roberto, depois de dois anos ausente em Accra em missões de sensibilização no estrangeiro, nomeadamente nos Estados Unidos, conseguiu neste país o apoio da CIA e de organizações protestantes, regressando depois ao

⁶ Holden Roberto nasceu a 12 de janeiro de 1923 em São Salvador, Angola. Foi batizado pelo missionário batista e britânico Robert Holden Carson Graham, que lhe deu o nome. A mãe, Ana Joana Lala Necaca, era a filha mais velha de Miguel Necaca, líder africano dos protestantes e intérprete multilingue. O pai, Garcia Roberto, trabalhava na missão batista de São Salvador. Holden Roberto estudou em Léopoldville e terminou o ensino secundário em 1940 na escola da missão batista. Trabalhou durante oito anos como contabilista para a administração belga no Congo e conheceu Patrice Lumumba no *Cercle des Évolués* (Marcum, 1969, pp. 64-65).

⁷ Segundo Marcum (1969, vol. 1, p. 67), “*by the time All-African People’s Conference opened on December 5, he was circulating a manifesto in name of the União das Populações de Angola (UPA) which called for the national liberation of all Angola*”.

⁸ É na Conferência em Accra que Holden Roberto entra em contacto com a delegação da FLN, Frente de Libertação Nacional da Argélia, representada por Frantz Fanon e Boumediène. Estabelece relações de amizade com Fanon e mais tarde este influenciará os dirigentes políticos africanos, sobretudo Lumumba, para que a UPA fosse reconhecida como o único movimento de libertação de Angola, relegando o MPLA (Mbah, 2005, p. 64).

Congo, onde foi recebido como um herói libertador. Em Léopoldville contou com o apoio incondicional do primeiro-ministro Patrice Lumumba, o que lhe permitiu legalizar a UPA como um partido político constitucional. Através do jornal *A Voz da Nação Angolana*, financiado pelo ACA (*American Committee on Africa*), e da Rádio Congoleza atingia Angola com campanhas de propaganda contra o regime colonial português (Mbah, 2005).

Em 1961, o ano de todas as revoltas, a primeira a eclodir foi no dia 4 de janeiro na Baixa do Cassange. Foi a revolta dos trabalhadores do algodão, camponeses coagidos a vender o algodão e a sua força de trabalho à Cotonang, Companhia Geral dos Algodões de Angola, SARL, uma empresa monopolista de capitais belgas. A revolta foi inspirada pelos ventos independentistas que sopravam da fronteira do Congo ali ao lado e foi celebrada em nome de Lumumba. A revolta foi brutalmente reprimida pelo exército colonial, nomeadamente com bombardeamentos de napalm.

Com o assassinato de Lumumba a 17 de janeiro de 1961, sucederam uma série de crises internas na UPA, representando Holden Roberto a facção mais radical que defendia a luta armada em Angola, encorajado pelos nacionalistas Habib Bourguiba da Tunísia e Frantz Fanon da FLN, Argélia.

Com o ataque às prisões militares e civis de Luanda no dia 4 de fevereiro de 1961 para libertar os presos políticos da PIDE instalou-se um clima de medo na comunidade branca de Angola, convencida de que outros levantamentos populares seriam desencadeados. A comunidade negra, apesar da repressão de que foi vítima pelas forças coloniais, pelo contrário acalentava a esperança de se libertar do colonialismo e tornar-se independente. A paternidade da revolta do 4 de fevereiro foi assumida pelo MPLA que, mais tarde, instituiu o 4 de fevereiro como a data oficial do início da luta armada. Porém, a existência de contactos entre certos grupos de luandenses e a UPA, nomeadamente através do cónego Manuel das Neves, principal coordenador do ataque, é um facto comprovado que abala a reivindicação do MPLA (Mabéko-Tali, 2001, p. 72). Holden Roberto demorou um mês, segundo Mbah (2005), a reconhecer a paternidade do ataque em nome da UPA, mas não lhe atribuiu grande importância. Como acontecia com o MPLA, também a UPA não tinha informações concretas sobre os nacionalistas que no interior do país se identificavam com o seu partido e militavam em células clandestinas em Luanda. Além disso, Holden Roberto desconfiava dos negros assimilados, dos mestiços e brancos na luta nacionalista (Mbah, 2005).

Cinco semanas depois da revolta do 4 de fevereiro de 1961, eclodiu a revolta camponesa do 15 de março de 1961 liderada por nacionalistas da UPA e conduzi-

da por camponeses, destinada a libertar as terras dos povos do norte de Angola, ocupadas e exploradas pelos colonos portugueses.⁹

O historiador Jean Martial Mbah (2005) discorre assim sobre a revolta do 15 de março de 1961:

Cependant, et à la différence de ce qui venait de se produire le 4 février à Luanda, les insurrections du Nord se déroulèrent de façon anarchique, démontrant ainsi l'absence d'une véritable stratégie de libération nationale. Les assaillants qui, en réalité, ne disposaient d'aucun projet politique conséquent, ni d'une formation idéologique préalable, ne firent aucune distinction entre les objectifs militaires, symbole de la domination coloniale portugaise, et la population civile portugaise de l'autre. De même, ces manifestants armés, exécutèrent dans la foulée d'autres Angolais dont le seul tort était d'être métis, noir assimilé ou encore originaire des régions du Sud de l'Angola. Cette nouvelle attaque anti-portugaise exécutée par des Angolais, militants de l'UPA pour l'essentiel, allait à son tour rentrer dans l'histoire politique de l'Angola et celle du nationalisme angolais contemporain, pour stigmatiser les débuts de la guerre de libération nationale, celle menée cette fois sous la conduite de l'Union des Populations de l'Angola. (Mbah, 2005, pp. 227-228)¹⁰

Porém, a escolha do dia 15 de março pela UPA parece não ter sido aleatória, o ataque foi articulado para coincidir com a votação da ONU contra a política colonial portuguesa. Foi uma estratégia destinada a capitalizar para a luta de libertação a reunião sobre Angola no Conselho de Segurança da ONU (Marcum, 1969).

A memória colonial da revolta fala de 800 brancos e milhares de negros, sobretudo contratados bailundo e mbundu assimilados, assassinados pela UPA. No entanto, na retaliação colonial, o “terror branco” superou a revolta da UPA, todos os negros eram considerados terroristas e 20.000¹¹ terão sido assassinados, sem contar as centenas de milhar de pessoas que se refugiaram nas matas e no Congo e que engrossaram as fileiras da UPA (Paredes, 2015, p. 185).

Após o início da guerra colonial em 1961 e conscientes de que seria necessária uma frente comum para lutar contra o exército colonial, os dirigentes da UPA decidiram reunir todas as forças numa frente nacional de libertação capaz de conduzir a luta contra o colonialismo português. A FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola, foi criada a 27 de março de 1962 em Léopoldville. A

⁹ Depois de anos de protestos pacíficos da UPA, Holden Roberto terá começado a pensar em termos de revolução, influenciado por Frantz Fanon, que lhe falou sobre a “violência revolucionária” ou, como Marcum (1969) coloca, “the necessity of violent revolution for true liberation from the colonial condition and convinced him of the need for armed struggle in Angola” (Marcum, 1969, p. 135).

¹⁰ Holden Roberto estava nos EUA no dia 15 de março de 1961 e hesitou em reclamar a autoria do ataque após a divulgação das fotos dos massacres perpetrados pela UPA. Para entender as complexas ambiguidades de Holden Roberto e as diferentes versões em relação à revolta do 15 de março de 1961, ver a tese de doutoramento de Mbah (2005) e a obra de Marcum *The Angolan Revolution* (1969).

¹¹ Marcum também aponta para esta estimativa (1969, vol. 1, p. 144).

sua criação resultou da fusão entre a UPA, União das Populações de Angola e o PDA, Partido Democrático de Angola. A UPA e o PDA formaram um Governo Revolucionário no Exílio, GRAE, chefiado por Holden Roberto. O GRAE foi reconhecido pela OUA, Organização da Unidade Africana e por 32 países africanos em 1963.

Mulheres ex-combatentes da UPA/FNLA

Em Angola as mulheres tiveram uma participação marcante como combatentes nas lutas de libertação. Se em relação às ex-combatentes que participaram na luta anticolonial do MPLA há algumas autobiografias, biografias e estudos académicos que se debruçam sobre as suas histórias de vida e sobre o papel que desempenharam na luta¹², em relação às mulheres que lutaram na UPA/FNLA o silêncio é total.

Apenas a autora deste artigo ensaiou uma aproximação com o trabalho que desenvolveu na sua tese de doutoramento (2014) editada em livro, *Combater duas vezes, mulheres na luta armada em Angola* (2015). Nesse trabalho é relatada a história de vida de Ana Maria da Conceição Fernandes (1947-), ex-combatente da UPA/FNLA e que testemunhou a revolta do 15 de março de 1961 em Zala, nos Dembos, aos 14 anos:

Dia 13 de março estavam todos reunidos a preparar como é que deveriam fazer essa revolta. “Dado que não temos material, então vamos utilizar mesmo o material que é a própria catana.” Outro tipo de arma era o canhangulo. Dia 14 quase que ninguém dormiu, quando eram oito horas, os que trabalhavam nas tongas foram orientados, cada um iria atacar o próprio patrão dele. E aconteceu mesmo, todos foram distribuídos e lançaram-se. (Paredes, 2015, p. 238)

¹² A primeira biografia de uma guerrilheira do MPLA, Marsha, aparece no livro *The Revolution in Angola* (1972), de Don Barnett e Roy Harvey. Em 1984, a OMA publicou o livro de Marga Holness *Angolan Women Building the Future, from National Liberation to Women's Emancipation*. Catherine V. Scott, no livro organizado por Mary Ann Tétreault, *Women and Revolution in Africa, Asia and the New World* (1994), publicou um artigo intitulado “Men in our country behave like chiefs, women and the Angolan revolution”. O artigo de Henda Ducados “An all man's show? Angolan Women's Survival in the 30-year war” (2000) foi publicado na revista *Agenda: Empowering Women for Gender Equity*. A primeira tese de doutoramento sobre as ex-combatentes do MPLA (2002) foi da historiadora brasileira Diana Castilho Dias, *Um outro lado da guerra colonial: História de mulheres que participaram pela libertação de Angola (1961-1975)*. O livro de Dalila Cabrita Mateus *Memórias do colonialismo e da guerra* (2006) tem duas entrevistas com as irmãs Inglêss do MPLA. Na literatura, escrita biográfica, temos a autobiografia de Rita André Tomás, *Memórias da luta de libertação* (s/d). O diário da guerrilheira do MPLA Deolinda Rodrigues, *Diário de um exílio sem regresso*, foi editado em 2003. Ryszard Kapuscinski escreveu sobre a guerrilheira Carlota no livro *Mais um dia de vida: Angola 1975*. O livro de entrevistas *Heroínas sem nome* (2008), de Dya Kasembe e Paulina Chiziane. O livro de Margarida Paredes *Combater duas vezes, mulheres na luta armada em Angola* (2015), resultado da sua tese de doutoramento. Podemos ainda referir o artigo de Marissa Moorman “Intimating nationalism, gender in the MPLA's maquis” (2016), e a tese de doutoramento de Selina Makana *The war needed women: Gender and militarization in Angola, 1961-2002* (2017), entre outros.

Lá na minha aldeia, as mulheres neste dia não foram. Mas houve um encontro de todas, e três mulheres, Nsamba Antónia, Maria Mambemba e Liliana Pedro, disseram: “Nós estamos prontas a dar os nossos filhos para combater. Os nossos maridos e os nossos filhos”. Então foi esta a primeira ação que as mulheres tomaram. Eu vi e acompanhei mesmo de perto, porque naquela noite ninguém dormiu. (Paredes, 2015, pp. 235-236)

Esta participação das mulheres como “mães patrióticas”, oferecendo os maridos e filhos à resistência, é outra das frentes de combate nas guerras nacionalistas. As “mães sacrificadas” são um dos apelos tradicionais das mulheres nas guerras, ao qual as camponesas da UPA também corresponderam (Paredes, 2015, p. 236).

Posteriormente, a antropóloga queniana Selina Makana, doutorada em Berkeley, EUA com a tese *The War Needed Women: Gender and Militarization in Angola, 1961-2002* (2017) também defende na tese e no artigo “*Motherhood as activism in the Angolan people’s war, 1961-1975*”, que as “mães patrióticas” são mulheres que escolheram “*to give up something of value – their loved ones – in order to get something of greater value – the freedom of their country from the yoke of colonialism*” e acrescenta: “*The idea of patriotic motherhood allowed women to view themselves as vital contributors to the freedom struggles, thereby becoming political subjects* (2017, p. 373).

A história de vida de Maria Henriqueta Miguel Pedro (Joia), entrelaçada com a luta política na FNLA

Maria Henriqueta Miguel Pedro, nome de guerra Joia, nasceu a 16 de dezembro de 1948 em Luanda no município do Rangel, comuna do Marçal. Filha de Miguel António, marceneiro nos Caminhos de Ferro de Luanda e de Josefa Adão Martins, doméstica. De origem mbundu, a sua língua materna é o português, nunca aprendeu o kimbundu porque os pais eram assimilados e estavam proibidos de falar as línguas africanas. A depoente fez da primeira à quarta classe na Escola 15 e a admissão ao Liceu no Colégio da Nossa Senhora de Fátima. Concluiu o 1º ciclo no Liceu D. Guiomar de Lencastre. A família era católica.

Joia pertence à comunidade daqueles que na era colonial foram silenciados e são ocultados na historiografia portuguesa, os colonizados. A operação destinada a invisibilizar e discriminar os africanos faz parte de um exercício de esquecimento que a sociedade portuguesa tem realizado em relação ao colonialismo e que coloca na sombra todos os africanos que lutaram contra a colonização portuguesa.

A crítica pós-colonial tem vindo a reescrever a História deslocalizando a voz para os “outros”, para as narrativas dos subalternos ou silenciados. Os teóricos

dos *subaltern studies* têm trabalhado “contra” a subalternidade, “criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido” (Almeida, 2010, p. 14). Hoje, os invisíveis do passado colonial, os colonizados, os negros, as mulheres tornam-se protagonistas da História. Ao divulgar o depoimento de carácter testemunhal da entrevistada a autora vincula-se a esta formação crítica da teoria pós-colonial.

A primeira vez que a Joia ouviu falar da UPA foi através da sua avó:

A minha avó tinha sempre aquela preocupação de guardar as facas num buraco que cavava e dizia upa, upa. Sempre que dizia a palavra upa, levanta-te em kimbundu, batia na boca. Aquilo fazia-me uma impressão terrível. Um dia perguntei-lhe porque ela batia na boca sempre que dizia upa? Ela respondeu que batia na boca porque havia um grupo de bandidos que matava os brancos com facas e se chamava UPA.

A segunda vez foi quando um tio, achando que ela era uma jovem muito esperta lhe disse: “Sabes que há movimentos que estão a lutar para libertar o país? Eu vou-te dar um livro, mas este livro tu não dás a ninguém!” O livro chamava-se *Os massacres em Angola* e continha fotografias dos massacres da UPA no 15 de março de 1961, especificamente homens, mulheres e crianças brancas esquartejadas.

As fotografias de atrocidades foram usadas pelo regime salazarista para marcar o inimigo como assassino, selvagem e contrapor à suposta dignidade dos brancos a selvajaria dos negros. A animalização do “outro” inimigo está patente na frase de despedida das tropas do ministro do Exército Mário Silva: “Vamos para combater, não contra seres humanos, mas contra feras e selvagens” (Ramos, 2014, p. 419).

A instrumentalização das imagens funcionava como um apelo à destruição do inimigo, dos negros em geral, percebidos no seu conjunto como terroristas.

Porém, para os africanos, como funcionava esta propaganda colonial?

Angola em 1961 era um país cortado em dois. A comunidade branca e a comunidade negra viviam de costas voltadas e isoladas em espaços vistos como naturais numa sociedade colonial. Nas cidades, os brancos viviam no asfalto e os negros nos musseques. As duas comunidades só se cruzavam quando os coloniais recorriam à mão de obra barata dos negros, sobretudo como criados e serviçais.

A censura da PIDE impedia a comunidade branca de conhecer os massacres de que a população negra era vítima, e no clima de medo em que vivia após as revoltas dos africanos, se tivesse acesso à informação, como por exemplo às fotografias que correram o mundo de cadáveres negros decapitados e as cabeças

espetadas em paus, concordava com a repressão, com a retaliação, considerando-a legítima-defesa ou vingança justificada.

Mas, para a população negra vítima do trabalho forçado e inferiorização, a questão era outra. Testemunhavam as prisões arbitrárias da PIDE, as execuções sumárias, as deportações para campos de concentração, as aldeias incendiadas, os bombardeamentos com napalm, as violências perpetradas pelos colonos, o estupro das mulheres e a informação sobre a repressão colonial circulava nos musseques e nas aldeias do interior de boca em boca. O horror e o medo que inspiravam aprofundava o sentimento contra o sistema colonial e contra os brancos.

Joia não ficou traumatizada com as imagens de brancos massacrados. As fotografias que foram divulgadas para comover a comunidade branca e legitimar a mobilização contra a UPA e a adesão à guerra colonial tiveram um efeito contrário do outro lado da barricada, sendo recebidas pela comunidade negra como um sinal de que os africanos respondiam à subjugação e à humilhação colonial, não apenas através da resistência passiva, mas através de uma resistência ativa, a da violência. Violência que era historicamente fundamentada porque os africanos eram as vítimas dos crimes do Estado colonial.

Frantz Fanon, intelectual central no pensamento anticolonial e amigo de Holden Roberto, questionou no seu livro *Os Condenados da Terra*:

O que é, na realidade, essa violência? Como vimos é a intuição que as massas coloniais têm de que a sua libertação deve se fazer, e só pode se fazer, pela força. [...] Aquele a quem sempre se disse que ele só compreendia a linguagem da força decide expressar-se pela força. Efetivamente, desde sempre, o colono lhe mostrou o caminho que deveria ser o seu, se quisesse libertar-se. O argumento escolhido pelo colonizado foi-lhe indicado pelo colono e, numa reviravolta irónica das coisas, é o colonizado que, agora, afirma que o colonizador só compreende a força. (Fanon, 2006, pp. 91-102)

Na entrevista, Joia confessa: “Nunca gostei de brancos”. Afirmação de uma mulher negra que nasceu e cresceu num país colonizado e de supremacia branca, com toda a violência racial que isso acarreta.

Apesar de ser filha de pais assimilados que não podiam falar as línguas africanas, de a sua língua materna ser o português, de ter feito a admissão ao liceu no colégio Nossa Senhora de Fátima e estudado no Liceu Dona Guiomar de Lencastre, de professar a religião católica, como já foi referido, Joia não se submeteu ao assimilacionismo do projeto colonial, subjetivamente não internalizou a ideologia colonial. Chegou à adolescência mais conectada com as raízes africanas do que com a cultura portuguesa e em vez de se distanciar do horror das imagens

da UPA, como a propaganda colonial pretendia, Joia, uns anos depois, deu um passo em frente e aderiu à UPA/FNLA aos 16 anos para lutar pela independência do seu país.

Afonso Ramos defende que as fotografias exploravam a ideologia da vitimização, usando os mortos como armas da luta política (2014, p. 405) e acrescenta: “ao focar a natureza violenta do ataque, refutava-se a legitimidade política dos movimentos de libertação” (2014, p. 404) e assim era para a comunidade branca, mas como vemos teve o efeito contrário no caso da entrevistada.

Selina Makana diz-nos que, para as mulheres angolanas que experienciaram múltiplos níveis de opressão sob o colonialismo,

Their pain was not an end in itself because it fueled their activism. Their grief and anger was as personal as it was political in the sense that they felt compelled to join the anti-colonial struggle as a response to many centuries of sexual violence endured by generations of Angolan women under the Portuguese colonial policy of lusotropicalism, which included rape. (Makana, 2017, p. 368)¹³

A adesão da entrevistada à UPA/FNLA deu-se no musseque Rangel:

Atrás da nossa casa havia um senhor que era do norte chamado Dominic e desfrizava cabelos. Eu frequentava muito aquele salão e um dia o senhor disse: “Joia, vou contar-te um segredo, mas não podes dizer a ninguém. Eu sou chefe de um grupo da UPA, um movimento que a direção está no Congo e que está a lutar para sermos independentes. Angola é uma colónia dos portugueses e nós queremos tirar os portugueses daqui. Queres juntar-te a nós?” Eu disse logo que queria. Ainda perguntei: “Somos só os dois?”. Ele disse: “Não, somos muitos. Só que vocês não podem se conhecer por causa da PIDE, se não conheceres não podes denunciar ninguém”. Então comecei a trabalhar com ele em 1964, a recolher fundos. Levava o valor das cotas a uma quinta de bananeiras na Mussera, município do Nzeto, para entregar à comandante Catarina da FNLA que trabalhava naquela área. Também levava medicamentos e outras coisinhas que precisavam. Ninguém da minha família sabia que eu era da UPA, a minha família toda é do MPLA.

Depois da adesão e da militância na recolha de fundos para a FNLA, Joia também se dedicou à mobilização.

¹³ O antropólogo brasileiro Gilberto Freyre elaborou o conceito de lusotropicalismo em 1933, para explicar a construção da brasilidade ou da identidade brasileira. Posteriormente Salazar apropriou-se desta ideologia para justificar a relação entre os portugueses e os seus colonizados, uma relação baseada na capacidade de os portugueses se miscigenarem com outras culturas. O lusotropicalismo foi utilizado para legitimar o colonialismo português e impor a visão de que os portugueses não eram racistas.

A maioria dos homens do norte, quando chegava aqui, tinha sempre a preocupação de casar com mulheres de Luanda. Eu também fiquei noiva de um moço do grupo da UPA e em 1967 casei-me com ele. Sempre trabalhamos os dois, eu e ele formávamos células. À noite saíamos, íamos conversar com as pessoas do norte, pra nós podermos passar a mensagem e formarmos grupos de apoio de duas a três pessoas e aquilo ia alastrando e assim fomos trabalhando até 1974.

Durante dez anos Joia trabalhou na clandestinidade sem nunca ter sido denunciada ou exposta à PIDE. Consultado o Arquivo da PIDE/Angola na Torre do Tombo, encontrámos em nome de Maria Henriqueta Miguel Pedro, o Boletim de Informação nº 671993 de 31 de julho de 1969 emitido pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, onde esta organização informa que nada consta em seu desabono. A atividade de mobilização e propaganda clandestina de Joia, assim como a recolha de fundos destinada a apoiar a FNLA nas províncias do norte nunca foi flagrada pelos radares da polícia política, PIDE.

N18508
MOG. 257
Exclusivo da I. N. A.

(a) Boletim de Informação N.º 671993

POLÍCIA INTERNACIONAL
E DE DEFESA DO ESTADO

Respeitante a **MARIA HENRIQUETA MIGUEL PEDRO**

Filho de **MIGUEL ANTONIO**

e de **JOSEFA ADÃO MARTINS**

Nascido a **16 / 12 / 1949**, em **Luanda**

Profissão **Ajud. modista** Estado **Casada**

Bilhete de Identidade n.º **141880** emitido em **31 JUL / 1969**

Arquivo de Identificação de **Luanda**

Residente **Bairro do Realojamento do Rangel, Rua 24-Casa 12A**

(a) Enviado em ____ / ____ / 19 ____ ao ____

INFORMAÇÃO

DIRECCÃO GERAL DE
SEGURANÇA

Não registado nesta Direcção
Geral - nada consta em seu
desabono

Em **12 MAR 1970**

30 000 Ex. — 999 — Empresa Nacional — 687

(a) A preencher pela Polícia.

(Formato A-5 — 148 x 210)

Durante este período o ELNA (o exército da FNLA) desenvolvia atividades de guerrilha no norte de Angola, mas a FNLA, pressionada pelas Forças Armadas

Portuguesas, nunca conseguiu ocupar parcelas do território angolano. Enquanto a FNLA pudesse contar com o território do Zaire como base militar e com o apoio logístico e político deste país, a guerra seria interminável.

Claassen (2016) é particularmente contundente quando refere:

Holden Roberto, who was accused of doing little to lead the fight for independence from the frontlines, it is alleged that he preferred to reside in the relative safety and comfort of Léopoldville/Kinshasa. There he was able to build up a personal business empire, with many accusing him of having done so by appropriating donations and selling equipment intended for the FNLA war effort. Consequently, FNLA fighters were left ill-equipped, poorly trained, and undisciplined, with many being confined to their bases and not being able to participate in the fight against Portuguese colonial rule. (Claassen, 2016, p. 90)

Com a revolução do 25 de abril de 1974 em Portugal, a situação inverte-se, o Movimento das Forças Armadas dá por terminada a guerra colonial em Angola. Segundo Mbah (2005), Holden Roberto em maio de 1974 exprimia-se nestes termos: “*Nous ne discuterons que sur une base: la reconnaissance du droit du peuple angolais à l'autodétermination et à l'indépendance*”.¹⁴ E o MFA, depois de algumas hesitações iniciais e muitas ambiguidades, reconheceu a legitimidade dos três movimentos de libertação, que aproveitaram a livre circulação para avançar em direção à capital e se posicionar em todo o território nacional.¹⁵

Em outubro de 2020, numa conversa sobre este artigo com o reconhecido jornalista Reginaldo Silva, um luandense muito ligado à história da sua terra e à memória das suas gentes, revelou que, ao contrário da ideia que se tinha da UPA/FNLA, ou seja, “que era apoiada apenas por pessoas de matriz bakongo, este movimento tinha apoio de muitos jovens urbanos de Luanda, mestiços e pretos, alguns estudantes para quem a propaganda anticomunista fazia sentido” e acrescenta “não eram assim tão poucos”. Reginaldo confessa que conheceu vários pessoalmente.

Assim se compreende que, quando a primeira delegação oficial da FNLA, chefiada por Hendrick Vaal Neto, chegou a Luanda no dia 28 de outubro de 1974, foi recebida no aeroporto por milhares de manifestantes, sendo uma delas a entrevistada:

Em 1974 quando chega a primeira delegação vinda de Kinshasa, eu fui receber o grupo no aeroporto. Ficaram hospedados aqui no Hotel Vice-Rei e começámos a trabalhar. Eu era a coordenadora das mulheres daquela área. Começámos a trabalhar abertamente e deram-me um comité, era a coordenadora do comité do Soeiro.

¹⁴ *Jeune Afrique* n° 696 du 11 mai 1974, pp. 20-24.

¹⁵ *L'accord avec le FNLA intervint [...] le 1 octobre 1974, après de longues négociations dans la capitale zairoise entre une délégation constituée de militaires portugais et les dirigeants du mouvement* (Mbah, 2005, p. 44).

A 15 de janeiro de 1975 foram assinados em Portugal os Acordos de Alvor entre os três movimentos de libertação, MPLA, FNLA e UNITA, que deliberaram marcar a independência de Angola para o dia 11 de novembro de 1975 e onde foi decretada a formação de um Governo de Transição com representantes de todas as partes.¹⁶

Eu trabalhava no hospital de São Paulo como vigilante de enfermagem e na altura do Governo de Transição havia possibilidade de todos os partidos políticos que tinham os seus membros a trabalhar no Estado, podiam requisitá-los pra trabalhar no Partido, eu fui uma das mulheres que foi requisitada pra trabalhar no Partido.

À pergunta o que significava ser da FNLA em 1975, Joia responde:

Naquela altura havia mesmo tribalismo porque os do MPLA se vissem uma pessoa de Luanda na FNLA faziam confusão.¹⁷

Franz Heimer no seu livro *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976* defende que, após os Acordos de Alvor, a integração gradual supervisionada pelas forças portuguesas das forças militares dos três movimentos num exército único não impediu que a competição entre os três movimentos assumisse formas outras que não políticas (Heimer, 1980, p. 67). Os jovens do MPLA, da FNLA e da UNITA acorreram aos centros de instrução militar espalhados pelo país para engrossar os exércitos de cada um dos movimentos nacionalistas, armados no quadro das alianças da Guerra Fria e enquadrados pelas rivalidades ideológicas dos dois blocos, capitalista e socialista.

A inferiorização da FNLA pelo MPLA passava por diabolizar os angolanos regressados do Zaire de zairenses, zairotas, zazas, regressados ou langas. Para o historiador congolês Mabéko-Tali, "*nouveaux 'barbares' venus d'un horizon diabolisé depuis l'ère coloniale et cantonnés depuis lors dans la négativité absolue par des discours néonationalistes des élites urbaines angolaises*" (Mabéko-Tali, 2005, p. 280). O MPLA também acusava a FNLA de ser tribalista, e para desacreditar este movimento infiltrou-se e plantou na sede do partido rival corações humanos desviados do hospital público e acusou-o na comunicação social de canibalismo.

Com o objetivo de conquistar a supremacia na capital antes da data da Independência, a luta pela hegemonia militar foi protagonizada pelos três movimentos numa estratégia de exclusão mútua que ficou conhecida como as Guerras

¹⁶ Nos Acordos de Alvor foi defendido o princípio da legitimação política através da luta armada, o que afastou a comunidade branca da transferência do poder político.

¹⁷ "Confusão" significa que reagiam negativamente, reação que podia ir até à violência física.

por Luanda.¹⁸ Guerras concretizadas sob o olhar complacente das autoridades portuguesas, que desistiram da sua responsabilidade de manutenção da ordem e do exercício da soberania.

Eu corria risco de vida, e então o ministro foi obrigado a tirar-me daqui de Luanda e mandou-me no Nzeto. a área da comandante Catarina.

Com a vitória do MPLA em Luanda, a FNLA e o ELNA foram expulsos da capital a 29 de julho de 1975, assim como os ministros da FNLA do Governo de Transição. Com o colapso do Governo de Transição e a impossibilidade da partilha política entre MPLA, FNLA e UNITA estavam consolidadas as linhas de divisão entre os movimentos de libertação que iriam conduzir à guerra civil e à divisão de Angola.

Poucos dias antes da Independência, o ELNA da FNLA, secundado por soldados do exército zairense, marcharam até às portas de Luanda para evitar que Agostinho Neto proclamasse a Independência e foram derrotados na Batalha de Kifangondo graças ao auxílio das forças militares cubanas da Operação Carlota. Depois da derrota, Joia foi obrigada a acompanhar a retirada da FNLA:

Assim que as confusões sérias começaram, no dia doze de janeiro de 1976 eu entro prá s matas. Entrei nas matas com três crianças, nem sabia por onde andar, era seguir as pessoas. Eu de Luanda, que nem a língua sabia, andava atrás dos outros. Lá fui andando.

Apesar das dificuldades da sua história de vida, a depoente não se coloca no lugar de vítima. O ter lutado pela independência do país, ser uma combatente da FNLA permite-lhe manter uma certa distância em relação à experiência dos seus próprios sofrimentos (Sarlo, 2005, p. 70). No auge das dificuldades, “com fome passava o dia, com fome dormia”, mas ri-se das pessoas da mesma luta que diziam “Agora quero ver como é que essas de Luanda vão pegar a enxada, nem sabem plantar uma lavra para sobreviver nas matas”.

¹⁸ A autora deste artigo pertenceu ao COL, Comando Operacional de Luanda do MPLA e combateu como guerrilheira nas Guerras por Luanda contra a FNLA, integrada nas FAPLA, Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, nomeadamente no cerco à Fortaleza de São Pedro da Barra e em confrontos de guerrilha urbana nos bairros do Rangel e Cazenga. Quando a FNLA, antes da sua retirada de Luanda, ocupou o bairro do Saneamento, onde residia a maior parte dos governantes do Governo de Transição, a autora foi retirada debaixo de fogo pelo comando das Forças Armadas Portuguesas da residência do ministro da Informação, Manuel Rui, juntamente com Lúcio Lara, secretário-geral do MPLA e a sua mulher Ruth Lara, numa altura em que a moradia foi atacada pelos guerrilheiros da FNLA. O passado da autora no MPLA nunca interferiu com o trabalho de pesquisa porque as ex-combatentes da FNLA e da UNITA consideravam a antropóloga como uma mulher aliada que pertenceu à comunidade das ex-combatentes em Angola e que o trabalho que desenvolveu tem como objetivo estudar, interpretar e dar visibilidade a essa comunidade.

Fui parar à base do Luaia, onde Holden Roberto tinha militares, para além da base de Cacusó. Luaia era uma base de abastecimento, tinha tudo, até um cemitério. Eu era a responsável da comunicação e recebi uma mensagem de Kinshasa a dizer que havia um programa, um projeto da Luta Recomeçada. Então aí começou o calvário. Tinha que andar às vezes dois dias e duas noites, ou três pra transmitir a mensagem. Fui levar uma mensagem pra serra do Canda, onde estavam os nossos militares pra atacarem a cidade do Uíge. Esse ataque, por acaso, encontrou-me lá mesmo dentro no Uíge. Nós nas matas havia aquela situação, às vezes o MPLA nos bombardeava. Nós perdíamos-nos, o grupo ficava disperso, uns aqui, outros ali, depois nos encontrávamos mais à frente. Fui andando assim até 1978. Três anos! Em novembro de 78 consegui entrar em Kinshasa, no Congo, com as crianças. O meu marido nesse período já estava em Kinshasa, mas tinha arranjado outra mulher, por isso nos separámos.

Entretanto, Mobutu rompeu as relações com Holden Roberto e a FNLA deixou de ser uma aliada privilegiada do ditador. Christian Claassen (2016) na sua tese apresenta a FNLA como um movimento pela independência fracassado e traz uma excelente contribuição para entendermos o que aconteceu a esta organização:

Mobutu decided to negotiate with the MPLA to resolve the Katanga issue, which threatened the stability and integrity of Zaire. Mobutu finally signed an agreement with the MPLA in 1978, which would see Mobutu cease his assistance to the FNLA while further expelling the movement from Zaire. [...] The 1978 peace agreement between Zaire and the MPLA delivered the final blow to the FNLA, who had been significantly weakened by the USA withdrawing its support in 1976. The loss of its Zairean bases meant that the FNLA had to try and keep on fighting within the forests of northern Angola, but it simply lacked the means to continue this effort and started to disintegrate.

[Alguns dirigentes da FNLA] created the Military Committee for the Resistance in Angola (COMIRA), which turned out to be a short-lived, unsuccessful effort to continue the fight against the MPLA. As such, 1978 marked the end of the FNLA as a credible fighting force, and the group ceased to be of any significance for the remainder of the Angolan civil war. (Claassen, 2016, pp. 87-88)

Quando Joia chegou a Kinshasa, Holden Roberto tinha sido expulso do Zaire por Mobutu na sequência do acordo com Agostinho Neto, e partido para o exílio em França, em 1979. Com a FNLA desarticulada no Zaire, Joia ficou abandonada à sua sorte: “Não havia trabalho político do Partido, em 1979 era cada um por si”.

Consegui arranjar trabalho num hospital, onde conheceu um paciente português com quem se juntou e teve dois filhos. Segundo a entrevistada, “dois lindos filhos mulatinhos. Na altura eu até pensei – eu que não gosto de brancos,

agora vou viver com um branco? É o destino...”. Entretanto, o companheiro adoeceu de novo com uma encefalite e Joia conseguiu, com a ajuda da Embaixada de Portugal, transferi-lo para o Hospital Santa Maria em Lisboa, onde veio a falecer.

Mais tarde recebeu uma carta de Luanda, do pai a dizer que o avô estava muito mal e decidiu solicitar ajuda à Delegação da ONU para regressar a Angola com os filhos.

Na capital, o presidente Eduardo dos Santos prosseguia com a estratégia de clemência iniciada por Agostinho Neto em 1978, que obrigava à integração dos ex-combatentes da FNLA nas estruturas do MPLA ou do Estado. Em resultado direto da Campanha de Clemência, em outubro de 1984, entregaram-se milhares de guerrilheiros e apoiantes da FNLA, entre eles um histórico do movimento, Johnny Edouard Pinnock, primeiro-ministro do Governo de Transição de 1974.

Joia chegou a Luanda em 1985 e foi muito bem recebida pela família:

Toda a minha família é do MPLA. Graças a Deus, não tive represálias de ninguém por ser da FNLA. Nem os meus mulatinhos tiveram problemas, são netos muito queridos. Tenho uma minha tia, Margarida Santana, que viveu no norte em 1961 e o marido foi esquartejado pela UPA porque era capataz. Nem com essa tia tenho problemas, nos damos muito bem, somos amigas.

Para viver conseguiu recuperar uma casa que tinha deixado com o avô e arranjou trabalho de governanta numa pensão, completando a renda com vendas por conta própria no mercado informal.

Um dia, corria o ano de 1986, numa conversa com uma amiga que era da FNLA, concluíram que lutaram tanto para libertar o país e “a luta que fizemos não valeu absolutamente nada”.

Angola era então governada por um regime de partido único, o MPLA, e outras forças políticas eram proibidas e reprimidas pela Direção de Informação e Segurança de Angola, DISA.

Foi aí que eu disse: – Ó Faustina, vamos mesmo trabalhar. Vamos trabalhar na clandestinidade, vamos começar a criar células de apoio à FNLA. Células de três pessoas. Temos que ter cuidado com a DISA, a segurança de Estado, é pior que a PIDE! A DISA é cem vezes pior que a PIDE. Vamos trabalhar para trazer Holden Roberto para Angola.

Joia recusou-se a acreditar que o colapso da FNLA era definitivo e abraçou a ideia de que era possível reverter o processo. Quando já tinham dezenas de células clandestinas formadas nos bairros Palanca e Sambizanga, Faustina foi a Kinshasa informar Ngola Kabangu do trabalho que ambas desenvolviam em

Luanda. Kabangu felicitou-as pela iniciativa e imediatamente nomeou o “irmão” Miguel Trovoada como coordenador da mobilização política das duas veteranas. Com alguma mágoa, Joia reconhece a discriminação de género: “O renascimento da FNLA foram as mulheres que começaram o trabalho e depois os homens ficam à frente”.

Após a queda do muro de Berlim em 1989, com o fim da Guerra Fria e a falência do bloco do Leste, Angola encaminhou-se para o multipartidarismo e encetou a transição para a democracia.

Holden Roberto regressou a Angola em 1991 e foi recebido no aeroporto de Luanda por milhares de militantes, nos quais se incluiu a Joia. Holden concorreu às eleições de 1992, foi o quarto candidato mais votado e elegeu apenas três deputados no círculo nacional. Ao contrário da UNITA, que não aceitou o resultado das eleições, Holden recusou voltar à guerra. Em 1997 foi convidado para integrar o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, GURN, um governo instituído durante a guerra civil com o objetivo de criar condições para o estabelecimento da paz e democratização do país, mas recusou. Holden Roberto faleceu dez anos mais tarde, em Luanda, em 2007, aos 84 anos. Era membro do Conselho de Estado e teve um funeral sem honras de Estado, sendo enterrado em Mbanza Congo. Deixou como legado uma cultura política de divisões internas e um partido desunido, possuindo a FNLA pouca expressão em Angola comparada com os partidos rivais, MPLA e UNITA, e tendo apenas um representante no Parlamento há três legislaturas.

Considerações finais

Claassen (2016) na sua tese de mestrado trabalhou com uma comunidade de ex-combatentes da FNLA instalados no campo de refugiados de Pomfret, uma localidade sul-africana no deserto do Kalahari. Este académico foi surpreendido pelo facto de os ex-combatentes que entrevistou continuarem “to idolise and romanticise the FNLA and Roberto, referring to Roberto and the FNLA as being the ‘father of the revolution for freedom’, and having fought for the liberation of all Angolans” (2016, p. 154). Para Claassen, a romantização e mitificação do passado da FNLA

aides the respondents to cling to fragments of power and social potency in the present, in an environment where this social potency and their power over their own lives is being challenged and eroded on a continuous basis. (Claassen, 2016, p. 155)

Ao contrário do que Claassen discute, a minha entrevistada, Joia, não romantiza a FNLA ou mitifica Holden Roberto, pelo contrário, Joia é crítica em relação à direção da FNLA e muito afirmativa sobre o seu passado no partido:

Eu tenho uma história na FNLA, consigo defender-me como tal e os próprios homens reconhecem. Por isso mesmo, eles agora combatem-me! Querem-me fazer uma luta psicológica. Eu já falei com as minhas irmãs do partido: “Um dia vamos ter que tomar a FNLA porque só com as mulheres a FNLA irá para a frente, porque com os homens, todo o homem em quem a gente confia, dá sempre mau resultado”.

Perspetivando o passado e direcionando-se para o futuro, Joia acrescenta:

Temos de trabalhar com uma nova geração. Porque esta geração ainda está a ver as coisas como em Kinkuzu, a maioria são os antigos da FNLA. Eu também sou uma antiga combatente, mas tenho uma visão diferente. Sempre tive os pés em Angola, os outros fizeram a revolução lá na República do Zaire, eu fiz em Angola. Eu notei que Holden Roberto tinha mais confiança nas pessoas que estavam com ele lá no Zaire, do que em nós que estávamos aqui, trabalhávamos aqui. Respeitava-os mais do que a nós. Mas nós tínhamos uma visão melhor da FNLA porque eles faziam o trabalho num terreno que não conheciam! E nós estávamos a fazer o trabalho num terreno que estávamos a pisar! Porque eu tenho a certeza absoluta, mesmo para conseguir o regresso da FNLA a Angola, se fosse uma pessoa que vivia no Zaire não conseguiria fazer o trabalho que eu fiz aqui!

Jonna Katto no seu artigo “*Landscapes of belonging: Female ex-combatants remembering the liberation struggle in urban Maputo*” defende que a localização espaço-temporal do *history-telling event* molda a memória da luta de libertação, contribuindo para a representação de uma pertença particular de género (Katto, 2014, p. 539), o que remete para o ponto de vista de Joia quando reivindica ter feito a luta de libertação em Angola, um terreno que ela conhece bem, e acusa os expatriados angolanos no Zaire de desconhecem a realidade do país.

A 12 de maio de 2010, Joia falou com a autora e informou que ia concorrer à presidência do partido, o que é consistente com o discurso feminista da entrevistada quando diz “vamos ter que tomar a FNLA porque só com as mulheres a FNLA irá para a frente”.

O trabalho de campo terminou e a investigadora regressou a Portugal, não tendo mais notícias da entrevistada até ter encontrado *online*, no jornal *Semanário Angolense*, edição de 18 de setembro de 2010, um artigo intitulado “Lucas Ngonda com a presidência da FNLA ameaçada” (p. 15), onde este dirigente da FNLA é acusado de ser o responsável pela deserção de Maria Henriqueta Miguel Pedro,

“Joia”, da FNLA, e cito, “uma militante que, segundo as fontes deste jornal, era consequente e com uma folha positiva em prol do crescimento do partido” (p. 15).

Nunca houve na FNLA o reconhecimento da contribuição das mulheres para a luta, nem um discurso de género vinculado à “emancipação feminina”. A história de vida de Joia está intimamente ligada à história da FNLA, o que lhe dá autoridade para reivindicar a pertença à História da Luta de Libertação em Angola e à história do partido, porém a ex-combatente não viu reconhecida a sua legitimidade para competir pela presidência da FNLA – como ela refere, “os próprios homens [...] agora combatem-me” – e não terá sobrevivido ao machismo da Direção e à ambição de Lucas Ngonda pelo poder, o que a levou a afastar-se do partido e da militância que definiu toda a sua vida.

Referências

- Almeida, S. G. (2010). Apresentando Spivak. Prefácio in Gayatri Chakravorty Spivak, *Pode o subalterno falar?* Universidade Federal de Minas Gerais.
- Alves, C. A. (2000). *Angola: As missões religiosas e os nacionalistas, 1961-1975*. Tese de mestrado em História de África, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal (não publicada).
- Brinkman, I. (2003). War and identity in Angola: Two case-studies. *Lusotopie*, pp. 195-221.
- Claassen, C. (2016). *"The father of the revolution": History, memory, and the FNLA veterans of Pomfret*. Master thesis, University of Cape Town, South Africa.
- Correia Filho, J. M. (2017). *O perfil ideológico dos movimentos de libertação nacional como fator determinante no desencadear da guerra civil em Angola*. Tese de mestrado, Universidade de Évora, Portugal.
- Fanon, F. (2006). *Os condenados da terra*. Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Heimer, F. W. (1980). *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. A Regra do Jogo.
- Katto, J. (2014). Landscapes of belonging: Female ex-combatants remembering the liberation struggle in urban Maputo. *Journal of Southern African Studies*, 40(3), 539-557.
- Makana, S. S. (2017). Motherhood as activism in the Angolan people's war, 1961-1975. *Meridians: Feminism, Race, Transnationalism*, 15(2), 353-381.
- Makana, S. (2017). *The war needed women: Gender and militarization in Angola, 1961-2002*. PhD thesis, University of California, Berkeley, USA.
- Marcum, J. (1969). *The Angolan revolution. Vol. 1: The anatomy of an explosion, 1950-1962*. Massachusetts Institute of Technology Press.
- Marcum, J. (1978). *The Angolan revolution. Vol. 2: Exile politics and guerrilla warfare, 1962-1976*. Massachusetts Institute of Technology Press.
- Mbah, J. M. A. (2005). *Les rivalités politiques entre le Front National de Libération de l'Angola (FNLA) et le Mouvement Populaire de Libération de l'Angola (MPLA): 1961-1975, Tome 1*. PhD thesis, Université de Paris I, Sorbonne, Paris, France.
- Mabéko-Tali, J.-M. (2001). *Dissidências e poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977): Ensaio de história política (Vol. II, 1974-1977)*. Nzila.
- Mabéko-Tali, J.-M. (2005). *Barbares et citoyens: L'identité nationale à l'épreuve des transitions africaines*. L'Harmattan.
- Messiant, C. (1995). Les voies de l'ethnisation et de la décomposition. In M. Cahen (dir.), *Transitions libérales en Afrique lusophone* (pp. 181-212). Karthala.
- Messiant, C. (2008). *L'Angola postcolonial: Sociologie politique d'une oléocratie*. Karthala.
- Paredes, M. (2011). Deolinda Rodrigues, da família metodista à família MPLA, o papel da cultura na política. *Cadernos de Estudos Africanos*, 20, pp. 11-26. <https://doi.org/10.4000/cea.135>
- Paredes, M. (2015). *Combater duas vezes, mulheres na luta armada em Angola*. Verso da História.
- Pélissier, R. (1979). *La colonie du Minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Éditions Pélissier.
- Ramos, A. D. (2014). Angola 1961, o horror das imagens. In F. Lowndes Vicente (Coord.), *O império da visão - Fotografia no contexto colonial português* (pp. 397-432). Edições 70.
- Sarlo, B. (2005). *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. Companhia das Letras & UFMG.